

Mais perto do acordo

por Cláudia Safatir
de Brasília

O governo brasileiro conseguiu fechar com o comitê dos bancos credores, em Nova York, na última sexta-feira, o acordo sobre um dos pontos mais polêmicos da negociação da dívida externa, que se vinha arrastando nas últimas três semanas por resistência de dois bancos canadenses: a vinculação entre os desembolsos dos financiamentos de US\$ 5,2 bilhões dos bancos credores privados e os desembolsos e cumprimento das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Como resultado da negociação, essa vinculação não será automática e prevalecerá apenas para a última parcela de US\$ 600 milhões, que será desembolsada pelos bancos credores

entre fevereiro e março do ano que vem.

Assim, a primeira parcela do financiamento, de US\$ 4 bilhões, que deverá ser liberada para o Brasil entre final de julho e agosto próximos, não manterá nenhuma vinculação com o acordo montado junto ao FMI. A segunda parcela, de US\$ 600 milhões, que deverá ser desembolsada em fins de dezembro, também não terá nenhum vínculo com o cumprimento das metas junto ao FMI.

Para a terceira fase, a vinculação existirá, mas num esquema totalmente inovador: se o Brasil não cumprir as metas do acordo com o Fundo, fixadas para o último trimestre deste ano, o FMI poderá até suspender o desembolso do financiamento de uma parte de US\$ 1,5 bilhão que emprestará ao País, mas os bancos privados terão de chamar a uma votação.

Votarão os bancos responsáveis por 85% dos créditos ao Brasil — cerca de 115 bancos — e eles definirão se suspenderão ou não os financiamentos ao País. Com isso, o governo brasileiro tirou do caminho uma boa parcela dos quase setecentos bancos envolvidos na negociação.

Ao anunciar, ontem, as novas bases do relacionamento entre o governo brasileiro, os bancos credores e o FMI, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, sublinhou que esta "é uma clara demonstração de que estamos progredindo, e, ao contrário do que muitos andaram dizendo, o Brasil não está aderindo ao acordo com os bancos. Se estivessemos

apenas aderindo, teríamos fechado o acordo em 9 de janeiro. Se ele está demonstrando, é porque estamos defendendo firmemente as posições brasileiras".

A missão negociadora que está em Nova York — o coordenador de Assuntos Internacionais, do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e o diretor da Divisão Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas — ainda terá duas questões importantes a tratar com o comitê dos bancos: o direito do arresto das reservas cambiais brasileiras e a conversão de uma parcela do financiamento de US\$ 5,2 bilhões em investimento de risco no sistema de leilão.

A intenção dos bancos credores é que pelo menos um terço do volume total do financiamento — equivalente a pouco mais de US\$ 1,7 bilhão — seja convertido em investimentos, após um ano de sua alocação.

Ontem a missão brasileira

abriu com o comitê de bancos a proposta do governo de retirar dos bancos credores o direito de arresto ou penhora das reservas cambiais em casos de não cumprimento dos termos do acordo, principalmente em caso de decretação de uma nova moratória. Esse é um aspecto de efeitos mais políticos do que práticos, pois na ocasião da moratória as reservas brasileiras foram retiradas dos bancos em que estavam e, em menos de 24 horas, depositadas no Banco para Compensações Internacionais (BIS), na Basileia, ficando sem possibilidade de arresto ou penhora.

No Ministério da Fazenda, evita-se prever quando será concluído o protocolo da negociação. Mas ontem, em Nova York, o embaixador do Brasil nos EUA, Marçílio Marques Moreira, informou que o acordo não estará concluído antes desta quarta-feira, quando o presidente José Sarney retorna a Brasília.

GAZETA MERCANTIL